

## Foucault, o Totalitarismo e o Racismo de Estado

### *Foucault, Totalitarianism and State Racism*

#### Resumo

*O objetivo deste artigo consiste em examinar em que medida a genealogia do poder foucaultiana esclarece alguns aspectos do fenômeno totalitário, em especial, o racismo. Para isso, será preciso se concentrar sobre o curso ministrado por Foucault no Collège de France em 1976, intitulado Em defesa da sociedade. Neste curso, Foucault leva a cabo uma genealogia do racismo de Estado que permite compreender os regimes totalitários como a forma paroxística do poder disciplinar e do biopoder, ao mesmo tempo em que realizam a fusão entre soberania e biopolítica.*

**Palavras-chave:** Genealogia do poder; Foucault; Totalitarismo; Biopolítica.

#### Abstract

*The objective of this article is to examine to what extent Foucault's genealogy of power illuminates some aspects of the totalitarian phenomenon, particularly, its racism. For this, it will be necessary to focus on the lectures given by Foucault at the Collège de France in 1976, entitled Society must be defended. In this lectures, Foucault carries out a genealogy of State racism that makes it possible to understand totalitarian regimes as the paroxysmal form of disciplinary power and biopower; at the same time, Foucault show us how in these regimes sovereignty and biopolitics are fused.*

**Keywords:** Genealogy of power; Foucault; Totalitarianism; Biopolitics.

\* Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: [heltonadverse@hotmail.com](mailto:heltonadverse@hotmail.com)

Recebido em: 31/07/2020 - Aceito em: 26/06/2021

## Introdução

Muitos pensadores políticos contemporâneos fizeram do totalitarismo um dos problemas centrais de sua reflexão, como vemos em Hannah Arendt, Claude Lefort, Giorgio Agamben, para ficar com alguns dos mais conhecidos. Este não é, definitivamente, o caso de Michel Foucault. Afinal de contas, ele afirma ser um de seus preceitos metodológicos “não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo”<sup>1</sup>. O que interessa ao genealogista é analisar o poder “como algo que circula ou como algo que funciona em cadeia”<sup>2</sup>. O fenômeno totalitário, entendido como sistema político que envolve o corpo político em sua totalidade de maneira radicalmente autoritária, entendido como fenômeno global de dominação, parece se localizar fora do âmbito da analítica do poder. Para ela, não é a forma política que cabe examinar, mas o poder em funcionamento, em seu exercício “em rede”. No entanto, parece-nos pertinente perguntar se a genealogia foucaultiana poderia passar inteiramente ao largo do evento totalitário e se, além disso, ela não teria algo relevante a nos dizer a seu respeito. Ora, a genealogia do racismo de Estado, assim como a biopolítica que lhe é correlata, é, de nosso ponto de vista, uma contribuição considerável para compreendermos aspectos importantes do sistema totalitário.

Antes de explorar esse tema, porém, vamos começar lembrando que, em 1978, Foucault faz a seguinte declaração:

*[...] o século XX conheceu duas grandes doenças do poder, duas grandes febres que levaram muito longe as manifestações exasperadas de um poder. Essas duas grandes doenças, que dominaram o coração, o meio do século XX são, claro, o fascismo e o stalinismo. Claro, fascismo e stalinismo respondiam ambos a uma conjuntura bem precisa e bem específica. Sem dúvida, fascismo e stalinismo produziram seus efeitos em dimensões até então desconhecidas, e podemos esperar ou, ao menos, pensar razoavelmente, que não os conheceremos novamente. Fenômenos singulares, por conseguinte, mas não devemos negar que em muitos pontos fascismo e stalinismo apenas prolongaram uma série de mecanismos que já existiam nos sistemas sociais e políticos do Ocidente. No final das contas, a organização dos grandes partidos, o desenvolvimento dos aparelhos policiais, a existência*

---

1 Foucault, M. “Il faut défendre la société”, p. 26.

2 Idem.

*de técnicas de repressão, como os campos de trabalho, tudo isso é uma herança constituída pelas sociedades ocidentais liberais que o stalinismo e o fascismo apenas tiveram de recolher. É essa experiência que nos obrigou a colocar a questão do poder<sup>3</sup>.*

Neste artigo, vamos conferir grande peso a essa passagem, assumindo a hipótese de que ela nos oferece um fio condutor para examinar o problema do totalitarismo (isto é, o regime político da dominação total) a partir da genealogia do poder. Ao mesmo tempo, será possível trazer à luz a especificidade das reflexões de Foucault sobre o tema, assinalando que, ao invés de fornecer uma teoria ou mesmo uma explicação do fascismo e do stalinismo, elas colocam em foco os mecanismos de poder que são implementados nos regimes totalitários<sup>4</sup>.

O primeiro ponto a observar é o reconhecimento, da parte de Foucault, de que o totalitarismo foi o evento que tornou urgente uma interrogação acerca do poder. Mas Foucault oferece ainda uma especificação para essa formulação por demais vaga e genérica. A questão colocada pelo totalitarismo é aquela do “excesso do poder”:

*As sociedades ocidentais, de uma maneira geral as sociedades industriais e desenvolvidas do fim do século, são sociedades atravessadas por essa surda inquietação, ou mesmo por movimentos de revolta completamente explícitos que colocam em questão essa espécie de sobreprodução de poder<sup>5</sup> que o stalinismo e o fascismo manifestaram, sem dúvida, em estado nu e monstruoso<sup>6</sup>.*

A propósito dos regimes totalitários podemos ver como a questão do poder (ou de seu excesso) é assumida tanto no registro das práticas políticas (são as revoltas a que Foucault se refere) quanto no registro do pensamento político, pois é em relação a esse “sobrepoder” que irá se definir o papel político da filosofia segundo Foucault, a saber, aquele de colocar um limite a esse poder

---

3 Foucault, M. *La Philosophie Analytique de la Politique*, pp. 535-6.

4 Não nos interessando, portanto, estabelecer um diálogo entre a leitura de Foucault com as interpretações desenvolvidas por outros autores (embora, esporadicamente, sejam feitas referências a alguns deles, como Arendt e Agamben).

5 Um ano antes, na conhecida entrevista intitulada “Não ao Sexo Rei”, Foucault já havia definido fascismo e stalinismo como “sobrepoderes” (Foucault, M. *Non au Sexe Roi*, p. 264).

6 Foucault, M. *La Philosophie Analytique de la Politique*, p. 536.

excessivo<sup>7</sup>. Não nos interessa examinar aqui a maneira pela qual a filosofia política (sempre segundo Foucault) poderia colocar esses limites, mas é primordial observar que em determinado momento de seu percurso filosófico a referência ao totalitarismo pôde oferecer a Foucault uma formulação precisa sobre a natureza de seu próprio trabalho, assim como trazer à luz um tema sobre o qual ele irá se debruçar sobretudo no final dos anos 1970, a saber, o problema da revolta. Contudo, se a referência ao “sobrepoder” dos regimes totalitários é imprescindível para estabelecer o horizonte da reflexão política, resta por investigar como o advento desses regimes abre uma via para adentrarmos o coração da experiência política moderna. Este é o segundo ponto que gostaríamos de ressaltar.

Vamos retomar a primeira citação, justamente quando Foucault diz que o fascismo<sup>8</sup> e stalinismo “prolongaram uma série de mecanismos que já existiam nos sistemas sociais e políticos do Ocidente”. Qual a especificidade desse “prolongamento”?<sup>9</sup> Que mecanismos são estes? Foucault os descreve ou faz sua genealogia? Estas são as questões que tentaremos responder neste artigo e, para tanto, será necessário retomar as linhas argumentativas centrais do curso que Foucault ministrou em 1976 no Collège de France, intitulado *Em defesa da sociedade*. Sem dúvida, neste curso, o filósofo faz sua maior incursão no debate sobre o totalitarismo no âmbito de sua genealogia do biopoder<sup>10</sup>.

---

7 Foucault, M. *La Philosophie Analytique de la Politique*, p. 537. Vale lembrar que em outra conferência, pronunciada no ano seguinte nos EUA, Foucault definirá, referindo-se dessa vez explicitamente a Kant, o papel da filosofia com termos muito semelhantes: “... desde Kant, o papel da filosofia foi o de impedir a razão de ultrapassar os limites daquilo que é dado na experiência; mas desde essa época – quer dizer, com o desenvolvimento dos Estados modernos e a organização política da sociedade –, o papel da filosofia também foi o de vigiar os abusos de poder da racionalidade política” (Foucault, M. *Omnes et Singulatim*, p. 135).

8 Foucault utiliza o termo “fascismo” em uma acepção genérica, englobando o regime nazista. Sua escolha é perfeitamente conforme aquela de reconhecidos historiadores, como Robert O. Paxton e Emilio Gentile, ambos preferindo colocar sob a mesma denominação de “fascismo” os regimes de Hitler e Mussolini.

9 E Foucault reitera esse ponto de vista em 1982: “Uma das numerosas razões que fazem com que elas [as referidas ‘febres’] sejam para nós tão desconcertantes, é que a despeito de sua singularidade histórica, elas não são inteiramente originais. O fascismo e o stalinismo utilizaram e estenderam os mecanismos já presentes na maioria das outras sociedades. Não apenas isso, mas malgrado sua loucura interna, eles, em uma larga medida, utilizaram as ideias e procedimentos de nossa realidade política” (Foucault, M. *Le Sujet et le Pouvoir*, p. 224).

10 E, de resto, o mesmo problema (a referência aos regimes totalitários na origem da questão sobre o poder) formulado na conferência de 1978 já é anunciado na aula de 07 de janeiro de 1976: “O que é esse poder, cuja irrupção, força, corte, absurdidade apareceram concretamente nesses

Antes de darmos esse passo, convém lembrar que, se este curso consiste em um momento forte em sua “leitura” do totalitarismo, as considerações relativas ao tema, além de aparecerem de modo esparso em entrevistas, conferências e artigos<sup>11</sup>, ressurgirão, sem jamais ocupar o lugar central, no curso ministrado em 1979, o *Nascimento da biopolítica*. Nessa ocasião, Foucault retoma a questão mobilizando a categoria a que nos referíamos acima, isto é, aquela de “limite” do poder. Neste contexto, o fenômeno totalitário parece configurar-se como o pano de fundo sobre o qual será possível explicitar os traços que definem a governamentalidade neoliberal, em duplo sentido. Em primeiro lugar, o nazismo surgirá como “o campo de adversidade necessário para a definição do objetivo neoliberal” (FOUCAULT, 2004b, p. 105). Em segundo lugar, o fenômeno totalitário será evocado no contexto de uma crítica às concepções essencialistas do Estado, em especial, sob a forma daquilo que Foucault denomina de “fobia do Estado”<sup>12</sup>. A intenção de Foucault é mostrar que as denúncias – provenientes de orientações políticas distintas e muitas vezes opostas – que apontam a periculosidade do Estado são movidas, via de regra, por uma inclinação totalizante que elas pretendem criticar. É preciso mostrar, então, como Foucault fará sobretudo na aula de 07 de março de 1979, as diferenças históricas entre as diversas formas de Estado, seja ele liberal, socialista ou de estirpe autoritária, como vemos nos regimes totalitários. O mais importante, para Foucault, é assinalar que o anti-estatismo, seja de esquerda ou de direita, encobre a natureza das relações de poder que estão na origem do Estado moderno e, nessas circunstâncias, o problema do totalitarismo é reduzido às estratégias retóricas dos antagonistas políticos. Mas não apenas isso: segundo Foucault, a “fobia do Estado” está na origem das

---

últimos quarenta anos, ao mesmo tempo na linha do desmoronamento do nazismo e na linha de recuo do stalinismo? O que é o poder?” (Foucault, M. *Il faut défendre la société*, p. 13).

11 Vale destacar uma entrevista concedida ao *Cahiers de Cinéma* em 1974, intitulada “Anti-Retro”, onde, indicando a insuficiência de uma definição “marxista” do nazismo e fascismo – que os entendem como “ditadura terrorista aberta da fração mais reacionária da burguesia” (Foucault, M. *Anti-Retro*, p. 654) –, Foucault destaca a politização das massas que os caracterizam (voltaremos a esse tema). Outro texto importante consiste no Prefácio à edição americana do *Anti-Édipo*, onde Foucault acredita encontrar no livro de Deleuze e Guattari uma “introdução à vida não-fascista” (Foucault, M. *Preface*, p. 135). Sem desconsiderar a relevância destes textos (em especial, este último) para uma investigação sobre as formas contemporâneas de fascismo (ver Duarte, A. Foucault e as Novas Figuras da Biopolítica. *O Fascismo Contemporâneo*, p. 35), eles não constituem, propriamente, uma incursão de Foucault sobre o problema do totalitarismo.

12 A questão da “fobia do Estado” já está presente na evocação, feita na aula de 01 de fevereiro de 1978, da figura nietzschiana do Estado como “monstro frio” (Foucault, M. *Sécurité, territoire, population*, p. 112).

críticas ao Estado que ele denomina de “inflacionistas”<sup>13</sup>, cujo problema de base é não ser capaz de fazer sua própria crítica. Essas “críticas inflacionistas” supõem a identidade entre todas as formas históricas do Estado, operam uma “desqualificação do melhor pelo pior” (enxergando em qualquer ação coercitiva do Estado o anúncio de um regime fascista)<sup>14</sup>, se deixam levar por uma fantasmagoria do “Estado paranoico e devorador” e, assim, perdem a capacidade de analisar o tempo presente<sup>15</sup>. Essas críticas, acredita Foucault, já estão claramente formuladas no momento do nascimento do neoliberalismo, embora ainda não tivessem, nesse contexto, a mesma “força de circulação” que adquiriam posteriormente.

Em contraposição às visões “inflacionistas”, Foucault irá afirmar que na contemporaneidade aquilo a que assistimos não é o crescimento perigoso do Estado, mas seu “descrécimo efetivo”<sup>16</sup>. E no que concerne mais diretamente ao nosso problema, o fascismo é compreendido por Foucault nessa chave, isto é, ele é o regime do Estado fraco, com a especificidade de se tratar de um *regime de partido*<sup>17</sup>, perspectiva essa que se contrapõe frontalmente àqueles que pretendem decifrar o sentido do fascismo na exacerbação do poder estatal<sup>18</sup>.

Ao afirmar que o fascismo é um regime de partido, a genealogia da governamentalidade abre uma via para compreendermos a natureza do sistema totalitário. Porém, Foucault não desenvolve essa análise. No curso anterior, *Sécurité, territoire, population*, ele havia feito alusão ao fato de que o regime de partido, como era o caso da URSS, indicava a continuidade do poder pastoral no âmbito das tecnologias de poder contemporâneas e sua correspondente

13 Foucault, M. *Naissance de la biopolitique*, op. cit., p. 193.

14 Idem.

15 Idem, p. 194.

16 Idem, p. 195.

17 Idem, p. 196. Ele reafirmará esse ponto de vista em uma conferência na Universidade de Vincennes, pronunciada na mesma época do curso de 1979. O vídeo está disponível no endereço <http://www.archives-video.univ-paris8.fr/video.php?recordID=111>.

18 Foucault marca então sua diferença com os militantes da *Gauche prolétarienne* que, no contexto político em que o curso foi ministrado, endossavam sem reservas essa identificação entre Estado e fascismo. Mas devemos lembrar também que esse contexto se definia em relação com a Alemanha, onde o terrorismo de esquerda, como o praticado pelo grupo Baader Meinhof, pretendia se justificar sobre as mesmas bases. Cabe ainda observar que a tese do fascismo como Estado fraco e regime de partido ganha ampla repercussão a partir dos trabalhos de Franz Neumann, *Behemoth*. Oxford: Oxford University Press, 1942) e de Ernst Fraenkel, *The dual state*, Oxford: Oxford University Press, 1941.

forma de contra-conduta<sup>19</sup>. Porém, Foucault não se propõe a empreender especificamente, nem em 1979 nem em 1978, a genealogia dos mecanismos de poder que atuam na formação desse regime de partido. Por isso, acreditamos ser a melhor estratégia restringir nossas análises ao curso de 1976, tendo em vista nosso objetivo de aferir com rigor uma possível “leitura” foucaultiana do totalitarismo. Faremos, então, uma passagem breve sobre alguns de seus principais temas. Não podendo reproduzir em seus pormenores a argumentação de Foucault, tentaremos colocar em foco as técnicas da biopolítica que os regimes totalitários empregaram.

### Do Discurso das Raças ao Racismo

O curso de 1976 se enquadra no programa geral levado a cabo por Foucault na primeira metade dos anos 1970, cujo objetivo maior, grosso modo, é fazer a genealogia dos modos de funcionamento do poder, dos mecanismos e técnicas pelos quais ele é implementado, os níveis e domínios em que as relações de poder se efetivam na sociedade. Mais especificamente, o fio condutor que Foucault adota é a hipótese de que a *guerra* possa servir como “princípio histórico para o funcionamento do poder”<sup>20</sup>. Como este princípio teria se constituído inicialmente no Ocidente sob a forma de um binarismo (ou de uma luta) entre raças, a proposta de Foucault será levar a cabo uma genealogia do racismo, tendo como ponto de partida os conflitos políticos do século XVII e por ponto de chegada os sistemas totalitários do século XX. No percurso avançado por Foucault, estará em questão examinar como o discurso histórico-político sobre o combate entre as raças se transformou em “racismo de Estado” ao longo do século XIX. Tendo em vista nossos objetivos, vamos dirigir nossa atenção sobre esse momento de mudança, pois que ele nos conduz ao centro daquilo que Foucault entende, nesse contexto, por biopolítica.

A teoria das raças, tal como elaborada no século XVII, visava combater uma forma de dominação política. Na Inglaterra, durante a guerra civil dos anos 1640, juristas e historiadores como Coke e Selden reconstroem uma história da Inglaterra como combate entre duas raças distintas, com costumes,

---

19 Foucault, *Sécurité, territoire, population*, pp. 204-5.

20 Foucault, M. “*Il faut défendre la société*”, p. 19. Para uma análise do tema da guerra e suas relações com a analítica do poder nesse período do trabalho de Foucault, ver Elden, S. *Foucault's last decade*

instituições e interesses próprios. Ora, a ideia de raça, nesse contexto, se presta à construção de um discurso “histórico-político” que, ao restituir o papel do conflito e da guerra na história, visa apresentar-se ele mesmo como uma arma para combater um determinado estado de coisas. Não causa surpresa a adoção desse discurso pelos movimentos de extração popular (como os *levellers* e os *diggers*) em sua luta contra o poder real que consideravam essencialmente injusto e abusivo<sup>21</sup>. O racismo, entendido como “lutas das raças”, se prende a uma concepção bélica das relações de poder e foi mobilizado para fins de resistência política frente aos excessos do poder real. Em larga medida, encontramos essa mesma utilização do racismo na França do final do século XVII e começo do século XVIII, como vemos claramente figurado nos textos de Boulainvilliers. Entretanto, no contexto francês, o discurso das raças será utilizado pela aristocracia com o objetivo de impor limites às pretensões absolutistas dos monarcas e assegurar aos nobres um lugar proeminente na vida política. Ora, o que veremos a partir do século XIX é algo muito diferente. O discurso histórico-político das raças sofrerá uma “transcrição” no registro biológico, diz Foucault<sup>22</sup>, realizada no contexto da Revolução Francesa, em especial, por Sieyès e, em seguida, por Augustin Thierry. *Grosso modo*, assistimos nessa época (e, em especial, nos trabalhos do último autor) ao início de um processo de transformação do tema do racismo. Ao invés de referir-se a um combate eterno entre raças distintas que disputam, ao longo da história, o poder no interior do corpo social, o racismo passará a funcionar em uma chave biológico-social, na qual a “outra raça” deixará de ser aquela que vem de outro lugar, do exterior, para se tornar aquela que “se infiltra no corpo social ou, antes, se recria permanentemente no tecido social e a partir dele”<sup>23</sup>. Dizendo de outra forma, o que passa a ser considerado como uma polaridade, como uma “quebra binária na sociedade”, não será mais o enfrentamento de duas raças exteriores, mas “o desdobramento de uma mesma e única raça em uma sobre-raça e uma sub-raça”<sup>24</sup>. Outra transformação essencial – indissociável

---

21 Foucault, M. “Il faut défendre la société”, pp. 51-2.

22 Idem, p. 52.

23 Ibidem, p. 52.

24 Ibidem.

da “transcrição” biológica do racismo – é sua apropriação pelo Estado<sup>25</sup>, a partir da qual o discurso das raças deixa de cumprir a função de resistência para se colocar a serviço da proteção do social, como veremos a seguir.

Nessas condições, poderá emergir o fenômeno inédito de “estatização do biológico”, isto é, a captura da vida pelo poder político<sup>26</sup>, o racismo sendo reativado com uma finalidade conservadora. E para compreender essa finalidade é preciso lembrar que a emergência da “biopolítica” significou uma transformação no direito do Estado. Se, no quadro do poder soberano, o direito do governante era sobretudo formulado como “fazer morrer e deixar viver”, agora o que vemos é uma nova determinação: “fazer viver e deixar morrer”. Como essa transformação foi possível? Como ela foi possível, não no registro do discurso teórico, filosófico ou jurídico, mas no registro dos mecanismos, das práticas, das técnicas de poder? Segundo Foucault, vemos aparecer, a partir dos séculos XVII e XVIII, um conjunto de tecnologias de poder que estavam essencialmente centradas sobre os corpos dos indivíduos<sup>27</sup>, que visavam ao seu controle, seu adestramento e à utilização de sua energia como força de trabalho da maneira mais racional possível. Esse conjunto de tecnologias, amplamente analisadas por Foucault nos anos anteriores<sup>28</sup>, é denominado de poder disciplinar. No entanto, surge, ao lado e, em certa medida, de modo complementar a essas tecnologias, uma outra forma de tecnologia que irá se exercer em uma escala maior, tomando como alvo não o corpo individual, mas a “vida dos homens”; uma tecnologia que toma o indivíduo não mais como “homem-corpo”, mas como “ser vivo”, como membro de uma espécie, como parte de uma população<sup>29</sup>. Mas o que significa tomar a população como lugar de investimento do poder? Significa, concretamente,

---

25 Mais precisamente, o racismo, na segunda metade do século XVIII, pode ser compreendido, acredita Foucault, como uma resposta do Estado frente ao projeto revolucionário (alimentado pelo discurso histórico, ou contra-histórico, das raças), uma resposta que opera uma “reversão” do discurso das raças contra ele mesmo. Foucault resume este ponto da seguinte maneira: “Se o discurso das raças, das raças em luta, foi a arma utilizada contra o discurso histórico-político da soberania romana, o discurso da raça (a raça no singular) foi uma maneira de voltar essa arma, de utilizar seu gume em proveito da conservação da soberania do Estado, de uma soberania cujo brilho e vigor não são mais assegurados por rituais mágico-jurídicos, mas por técnicas médico-normalizadoras” (Ibidem, p. 71).

26 Ibidem, p. 213.

27 Ibidem, p. 215.

28 Ver Foucault, M. *Surveiller et punir ; La société punitive; O poder psiquiátrico*.

29 Ibidem, p. 216.

encarregar-se de fenômenos que a concernem como ser vivo, isto é, um conjunto de processos como a reprodução, as taxas de crescimento e de mortalidade, logo, a fertilidade. Encarregar-se desses fenômenos é ocupar-se das condições de vida da *população*, quer dizer, as condições sanitárias, o acesso à alimentação, a disposição do ambiente etc., tendo em vista protegê-la da morte. Em resumo,

*são os processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente, na segunda metade do século XVIII, em ligação com um monte de problemas econômicos e políticos que constituíram os primeiros objetos de saber, os primeiros alvos de controle dessa biopolítica*<sup>30</sup>.

A biopolítica se incide sobre a população por meio de mecanismos de natureza global, medidas maciças que produzem efeitos em grande escala. Trata-se, portanto, de intervir nesse nível global por meio de “mecanismos reguladores” que poderão “fixar um equilíbrio, manter uma média”, estabelecendo uma espécie de “homeostasia, assegurar compensações: logo, instalar mecanismos de segurança em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, otimizar um estado de vida”<sup>31</sup>. A palavra-chave é, para Foucault, *regularização*. A população deve ser alvo de uma “regularização” para que o biopoder possa produzir os efeitos que deseja: incrementar a vida. Ou ainda: o incremento da vida é melhor promovido quando a população é mais suscetível de regularização.

Essa majoração da vida produz um efeito sociológico: a desqualificação da morte, sua expulsão do âmbito de nossa experiência coletiva e partilhada. Mas esse fenômeno interessa menos por seu aspecto sociológico e mais por sua dimensão política. A desqualificação da morte revela que mudou a natureza da relação entre o poder e a morte. No contexto do poder soberano, a morte coincidia com a manifestação mais clara (e mesmo espetacular) do poder político; agora, ela é o “momento em que o indivíduo escapa a todo poder”<sup>32</sup>. A morte está do lado exterior com relação ao poder, sendo aí introduzida somente como “mortalidade”, um fenômeno populacional. “O poder

---

30 Ibidem. Convém lembrar que a parte substancial dessas análises está presente no primeiro volume da *História da sexualidade*.

31 Ibidem, p. 219.

32 Ibidem, p. 221.

não conhece mais a morte. Em sentido estrito, o poder abandona a morte<sup>33</sup>. No entanto, Foucault vai nos mostrar que nessa aparente exclusão da morte se origina uma questão profundamente paradoxal, que estará na origem de um incremento da violência exercida pelo Estado. O poder que pretende “majorar” a vida desloca para um plano subalterno o poder soberano que “fazia morrer”. Contudo, esse deslocamento não elimina a necessidade de fazer morrer, visto que ela é imperiosa não apenas no domínio político, mas no domínio da própria vida. O poder de fazer morrer deverá, portanto, retornar de alguma maneira, pois que é imprescindível para a manutenção e promoção da vida. Foucault coloca o problema nos seguintes termos:

*Como um poder como esse pode matar, se é verdade que se trata essencialmente de majorar a vida, de lhe prolongar a duração, de lhe multiplicar as possibilidades, de desviar-lhe os acidentes ou ainda de compensar-lhes os déficits?*<sup>34</sup>

A esse problema seguirá um outro ainda mais radical, a saber, o fato de que esse mesmo poder termina por se transformar no mais assassino dos poderes; a biopolítica é uma moeda cuja outra face é a política da morte. Mas retomemos a questão: como um poder sobre a vida pode matar? Para Foucault, é nesse momento que intervém o racismo. Não mais o racismo que atuava como discurso político de resistência nos séculos XVII e XVIII, mas um outro racismo: o racismo de Estado, que é correlato ao aparecimento do biopoder.

O racismo de Estado é, de início, um meio de introduzir um “corte” no domínio da vida que o biopoder toma a cargo: “o corte entre o que deve viver e o que deve morrer”<sup>35</sup>. Vale a pena reproduzir toda a passagem da aula de Foucault:

*No continuum biológico da espécie humana, a aparição das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e outras, ao contrário, como inferiores, tudo será uma maneira de fragmentar esse campo do biológico do qual o poder se encarregou; uma maneira de deslocar, no interior da população, os grupos uns em relação aos outros. Logo, de estabelecer uma cesura que será de tipo biológico no*

---

33 Ibidem, p. 221.

34 Ibidem, p. 226.

35 Ibidem, p. 227.

*interior de um domínio que se dá como sendo precisamente um domínio biológico. Isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se encarrega em subgrupos que serão, precisamente, as raças.*<sup>36</sup>

Além disso, o racismo vai introduzir no biopoder uma lógica que é originalmente de natureza guerreira, a saber, a lógica do *para viver, você deve matar*, ou *para assegurar sua vida, é necessário que o outro morra*. Mas no âmbito do biopoder essa relação com o outro não é propriamente bélica. Ela é biológica, isto é, não é exatamente uma vida em particular, uma vida enquanto tal que está em jogo, mas a vida da espécie a que se pertence. Sendo assim, quanto mais os elementos impuros forem eliminados, maior a chance dos superiores, os puros, os melhores, sobreviverem. Afirma Foucault:

*A morte do outro não é simplesmente minha vida, na medida em que ela seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal) é o que vai tornar a vida em geral mais sã; mais sã e mais pura*<sup>37</sup>.

O outro a eliminar não é o adversário no campo de batalha. Na verdade, ele é um elemento externo, um perigo, uma ameaça à conservação da vida e, portanto, *tem de ser e pode ser destruído*. A morte do outro encontra respaldo na vida e assim o racismo, como diz Foucault, “é a condição de aceitabilidade da colocação à morte em uma sociedade de normalização”<sup>38</sup>. Indispensável ao biopoder, ele assegura a função mortífera do Estado quando este funciona na chave da biopolítica. Assim, Foucault aperta o laço que une o poder de normalização e o racismo.

Não é difícil perceber que temas políticos centrais desenvolvidos no século XIX não podem ser plenamente compreendidos sem a referência ao racismo. Por exemplo, o darwinismo social – ou o evolucionismo de maneira geral<sup>39</sup> – apenas pode inserir-se no discurso político como meio de aplicar o racismo

---

36 Ibidem, p. 227.

37 Ibidem, p. 228.

38 Ibidem.

39 Para uma análise pormenorizada da comunicação entre darwinismo, evolucionismo e política nos séculos XIX e XX, é imprescindível a leitura de Richard Weikart.

no contexto social. É bastante conhecida a utilização do evolucionismo no processo de colonização, especificamente quando se adotou uma política de genocídio<sup>40</sup>; ou ainda, o problema da guerra. Por meio do racismo ela é politicamente viabilizada, afinal de contas, como seria possível não apenas fazer a guerra contra os inimigos, mas, ainda por cima, expor milhões de pessoas, expor a população ao risco de morte, sem recorrer ao racismo? Na guerra moderna, diz Foucault, duas coisas estarão em jogo: “destruir não simplesmente o adversário político, mas a raça adversa, essa espécie de perigo biológico que representam para a raça que somos, aqueles que estão diante de nós”<sup>41</sup>.

Convém lembrar que o racismo poderá encontrar aplicação em domínios diversos, como a criminalidade ou a doença. Ele se transforma, na verdade, em um potente dispositivo de distinção, de separação entre o que merecer ser conservado e o que deve ser destruído. Não se compreende plenamente o racismo, esclarece Foucault, se o tomarmos somente como um dos instrumentos de dominação, “dando corpo à ideologia, encarnando uma mentalidade ou como mais uma das mentiras do poder”. Não há dúvida de que ele pode “operar sob essas formas, mas o essencial é que ele está ligado ao funcionamento do poder, está ligado à tecnologia do poder”<sup>42</sup>. Não interessa a Foucault, portanto, examinar o racismo como elemento da cultura cuja história remontaria aos séculos (ou aos milênios anteriores). Como sua demorada análise dos textos de Boulainvilliers havia mostrado, interessa-lhe o entrecruzamento entre o racismo e a política. Por isso, em contraste com as lutas das raças do discurso histórico dos séculos XVII e XVIII, a especificidade do racismo moderno, seu papel propriamente político, consiste na capacidade de assegurar ao Estado o exercício excepcional do poder soberano e afirmar-se como o promotor da vida da população envolvendo, no caso mais extremo, a eliminação física daqueles considerados perigosos. Revela-se aqui o sentido do título do curso de 1976: “É preciso defender a sociedade” (*il faut défendre*

---

40 Neste ponto, as análises de Foucault entrecruzam-se com aquelas desenvolvidas por Hannah Arendt na segunda parte de *As origens do totalitarismo*. Mas não podemos negligenciar o fato de que Arendt, na primeira parte desse livro, encontra no núcleo do antissemitismo moderno (a partir do século XIX) o racismo, o que o diferencia do antissemitismo religioso dos séculos anteriores. E é também o racismo que informa a ideologia nazista, como ela expõe na terceira parte do livro e no último capítulo, acrescentado na segunda edição, intitulado Ideologia e Terror (Arendt, H. *The origins of totalitarianism*, pp. 460-79).

41 Ibidem, p. 229.

42 Ibidem, p. 230.

*la société*)<sup>43</sup>. Esta é a palavra de ordem da biopolítica a ser implementada pelo Estado moderno que deve, ao mesmo tempo, promover a vida e exercer, nos casos-limite, o poder soberano de matar. A partir daí, é possível compreender a natureza de sua relação com o fenômeno totalitário.

### Racismo e Totalitarismo

Os Estados mais assassinos, diz Foucault, são forçosamente os Estados mais racistas<sup>44</sup>. Consequentemente, é preciso inserir o nazismo no quadro das tecnologias de poder desenvolvidas a partir do século XVIII:

*[...] o nazismo é, com efeito, o desenvolvimento até o paroxismo dos mecanismos de poder novos que haviam sido implementados desde o século XVIII. Não há Estado mais disciplinar, claro, do que o regime nazista; não há Estado também onde as regulações biológicas sejam levadas em conta de uma maneira mais cerrada e mais insistente. Poder disciplinar, biopoder: tudo isso percorreu, sustentou com todas as forças a sociedade nazista (encarregar-se do biológico, da procriação, do hereditário; encarregar-se também da doença, dos acidentes). Não há sociedade ao mesmo tempo mais disciplinar e mais securitária do que aquela implementada, ou em todo caso, projetada, pelos nazistas. O controle do aleatório, próprio dos processos biológicos, era um dos objetivos imediatos do regime<sup>45</sup>.*

Os dispositivos de poder mais proeminentes na modernidade, seja sob a forma das disciplinas seja sob a forma da biopolítica, encontram seu ponto culminante na sociedade nazista, aquela colocada sob o domínio do Estado totalitário que opera a completa fusão entre o biopoder e o poder soberano. Mas em consonância com suas análises anteriores – nas quais Foucault ressaltava a “capilaridade do poder” –, ele não deixa de observar que esse poder se espalha por todo o corpo social. Assim como havia afirmado em uma entrevista de 1974, o poder, no nazismo, penetra profundamente “no interior das

---

43 Embora extremamente cuidadosa, a tradução brasileira deixa escapar essa nuance quando retira do título do livro a expressão indicando o dever (*il faut*), assim como as aspas que o enquadram na edição francesa, destacando sua natureza imperativa.

44 *Ibidem*, p. 230.

45 *Ibidem*, p. 231.

massas”, delegando-o “efetivamente a uma certa franja das massas”<sup>46</sup>. Por isso, a sociedade plenamente securitária será a mais assassina de todas as sociedades. E toda a sociedade nazista o exerce na medida em que cada um pode denunciar seu vizinho e ser responsável pela eliminação de qualquer outro. A guerra, nesse contexto, sendo explicitamente colocada como um objetivo político, vai aparecer como o desfecho da política, aquilo em que ela deve resultar necessariamente, a fase final e decisiva que vai coroar o conjunto, diz Foucault. Consequentemente, a destruição dos outros não é o único objetivo dos nazistas. A destruição das outras raças é, diz Foucault, certamente uma das faces do projeto, a outra face sendo expor sua própria raça ao perigo absoluto e universal da morte:

*O risco de morrer, a exposição à destruição total, é um dos princípios inscritos entre os deveres fundamentais de obediência nazista, e está entre os objetivos essenciais da política. É preciso chegar a um ponto tal que a população inteira esteja exposta à morte. Somente essa exposição universal de toda a população à morte poderá efetivamente constituí-la como raça superior e regenerá-la definitivamente face às raças que teriam sido totalmente exterminadas ou definitivamente assujeitadas*<sup>47</sup>.

A partir daí Foucault poderá concluir que a sociedade nazista não somente implementa em sua forma mais extrema as tecnologias biopolíticas, mas também leva a seu ponto máximo o poder de soberania, entendido como aquele que manifesta sua essência no direito de matar. Mais precisamente, a grande originalidade do nazismo está em unir as duas formas de poder, tornando-as absolutamente coextensivas, como observou Simona Forti<sup>48</sup>. Temos então “um Estado absolutamente racista, um Estado absolutamente assassino e um Estado absolutamente suicida”, acredita Foucault. E isso “se sobrepõe necessariamente e resultou ao mesmo tempo na solução final dos anos 1942-3 e em seguida no telegrama 71 pelo qual, em abril de 1945, Hitler dava ordem de destruir as condições de vida do próprio povo alemão”<sup>49</sup>.

---

46 Foucault, M. *L'Anti-Retro*, p. 654.

47 Foucault, M. “*Il faut défendre la société*”, pp. 231-2.

48 Forti S., *Il totalitarismo*, p. 110.

49 Foucault, M. “*Il faut défendre la société*”, p. 232.

Foucault acredita demonstrar, então, que o nazismo, ao levar ao paroxismo o jogo entre o direito soberano de matar e os mecanismos do biopoder, coloca à luz do dia o “jogo efetivamente inscrito no funcionamento de todos os Estados”<sup>50</sup>, sejam eles capitalistas ou não, quer dizer, encontramos também esse paroxismo no Estado socialista. O socialismo, acredita Foucault, não foi capaz de manter distância frente aos excessos do poder porque não foi capaz de operar uma verdadeira crítica de seus mecanismos. À sua maneira, ele reativa o racismo:

*A ideia, finalmente, de que a sociedade ou o Estado, ou o que deve substituir o Estado, tem essencialmente por função tomar a carga a vida, organizá-la, multiplicá-la (...) foi retomada tal e qual pelo socialismo (...) E assim vocês vão naturalmente reencontrar o racismo – não o racismo propriamente étnico, mas o racismo de tipo evolucionista, o racismo biológico – funcionando plenamente nos Estados socialistas (tipo União Soviética), a propósito dos doentes mentais, dos criminosos, dos adversários políticos etc*<sup>51</sup>.

Foucault apresenta de modo um pouco mais pormenorizado esse “racismo socialista”. Na verdade, ele não é congênere ao socialismo. Afinal de contas, todas as vezes em que o socialismo apostou na transformação das condições econômicas como princípio de transformação das condições políticas, na passagem do Estado capitalista para o Estado socialista, o racismo não foi em absoluto necessário. Porém, quando o socialismo foi obrigado

*a insistir sobre o problema da luta, da luta contra o inimigo, da eliminação do adversário no interior da sociedade capitalista, quando tratou-se, por conseguinte, de pensar o enfrentamento físico com o adversário de classe na sociedade capitalista, o racismo ressurgiu, porque ele foi a única maneira, para um pensamento socialista que estava todavia ligado aos temas do biopoder, de pensar a razão de matar seu adversário. Quando se trata simplesmente de eliminá-lo economicamente, de lhe fazer perder seus privilégios, não há necessidade de racismo*<sup>52</sup>.

---

50 Idem.

51 Idem, p. 233.

52 Ibidem, pp. 233-4.

Ao colocar lado a lado a sociedade liberal burguesa e o Estado socialista, irmanados na implementação das tecnologias totalitárias, em especial, o racismo, Foucault mostra, como apontou Simona Forti, que este dever ser tomado não como uma doutrina ou um conteúdo ideológico, mas como o discurso que o “curto-circuito do poder” pronuncia para poder se ativar. Ele representa o surgimento, ou ainda, a “ascensão, de um dispositivo de força que deve produzir funcionalidade identitária e eliminar os obstáculos, verdadeiros ou presumidos, de uma alteridade, frequentemente constituída *ad hoc*”<sup>53</sup>.

Como quer que seja, não devemos perder de vista que, para Foucault, fascismo e socialismo, como Estados totalitários, são duas linguagens do discurso racista. Ele já o havia indicado em suas primeiras aulas, quando se referia à “transcrição” moderna da teoria das raças<sup>54</sup>. No final do curso, é possível ver, em toda sua amplitude, as consequências políticas da inserção do tema do racismo no interior do corpo social e de sua apropriação pelas novas tecnologias políticas. Um dos aspectos marcantes das análises de Foucault repousa exatamente nessa atribuição de uma “origem comum” entre stalinismo e fascismo, o que constitui, evidentemente, um ataque direto ao marxismo doutrinário, conservador, presente sobretudo na cena política francesa e que pretendia se desvincular das formas históricas da dominação total. Vale lembrar o contexto político em que Foucault ministra esse curso, marcado pelas denúncias lançadas pelos dissidentes soviéticos contra a permanência do autoritarismo na URSS pós-Stalin, mas também pelo depoimento avassalador das vítimas do Gulag, que encontravam sua voz sobretudo na literatura dos campos (em especial, Soljenítsyn)<sup>55</sup>. Serge Audier, em um trabalho de grande fôlego<sup>56</sup>,

---

53 Forti, S. op. cit., 110.

54 Foucault, M. “Il faut défendre la société”, p. 52.

55 Certamente, o alvo imediato das críticas de Foucault é o marxismo doutrinário do PCF. Mas a crítica se estende a todos aqueles que, no interior da tradição marxista, não se dispõem a fazer sua autocritica a partir da experiência do Gulag. Em uma entrevista concedida a Jacques Rancière no ano de 1977, Foucault, afirma o seguinte: “A questão do Gulag marca uma escolha política. Há aqueles que colocam a questão do Gulag e aqueles que não a colocam. Colocá-la quer dizer quatro coisas [aqui vamos reter apenas a primeira delas]: É recusar interrogar o Gulag a partir dos textos de Marx ou de Lênin, perguntando-se por qual erro, desvio, desconhecimento, distorção especulativa ou prática, a teoria pode ser traída. É, ao contrário, interrogar todos esses discursos, por mais antigos que sejam, a partir da realidade do Gulag. Antes de buscar nesses textos o que poderia condenar de antemão o Gulag, trata-se de perguntar o que neles permitiu, o que continuou a justificar, o que permite hoje aceitar sua intolerável verdade. A questão do Gulag não deve se colocar em termos de erro, mas de realidade”. Foucault, *Pouvoirs et Stratégies*, p. 419.

56 Audier, S. *Penser le “Néolibéralisme. Le moment néolibéral, Foucault et la crise du socialisme*.

reconstituiu de forma meticulosa esse contexto, no qual se forjou uma crítica dura, no âmbito do pensamento político, aos excessos do stalinismo. Porém, boa parte desses críticos, incluindo Claude Lefort, provenientes, em alguma medida, do próprio marxismo, não foi capaz de articular de modo inequívoco – como fez Foucault – as duas formas maiores do totalitarismo, não conferindo centralidade ao tema do racismo. Talvez apenas Hannah Arendt tenha sido capaz de identificar seu pertencimento a uma mesma matriz, mas suas análises (embora possam ser entrecruzadas com as de Foucault) obedecem a uma metodologia muito diferente, assim como estão inseridas em um projeto teórico muito distinto. Não é demais lembrar que também ela, como já dissemos, dá grande destaque ao racismo em sua análise do totalitarismo, em especial, do nazismo<sup>57</sup>. Entretanto, Arendt não entende o racismo como esse elemento em comum das formas totalitárias, preferindo apoiar-se na noção de ideologia, a qual assume conteúdos diferentes no nazismo e no stalinismo. É, portanto, um movimento típico de Foucault conferir centralidade ao problema do racismo na origem dos sistemas totalitários.

### Considerações finais

Como pudemos ver, as análises realizadas por Foucault no curso de 1976 conduzem a uma reflexão sobre o totalitarismo, em sua versão fascista e stalinista. Não iríamos tão longe quanto os responsáveis pela edição do curso, Alessandro Fontana e Mauro Bertani, que não tinham dúvida de que “o objetivo essencial desse curso é a análise da utilização que o fascismo sobretudo (mas o stalinismo também) fez das biopolíticas raciais”<sup>58</sup>. Mas certamente explicitar as condições sob as quais o “racismo de Estado” se tornou um operador político fundamental não apenas oferece um ângulo de leitura a partir do qual apreendemos aspectos importantes do fenômeno totalitário (e é isso que nos interessou explorar neste trabalho), em particular, mas de nossa experiência política em geral, visto que Foucault leva a cabo uma genealogia da biopolítica.

Quando examinamos o que foi realizado durante o curso, isto é, quando nos situamos no horizonte das análises históricas realmente empreendidas, constatamos que o totalitarismo pode ser compreendido à luz das práticas de poder (incluindo seus mecanismos, suas técnicas e a forma de discurso que as

---

57 Ver a nota 40 acima.

58 Bertani, M; Fontana, A. *Situation du cours*. In: Foucault, M. “*Il faut défendre la société*”, p. 250.

tornam possíveis) que marcam a experiência política moderna. Mas como Foucault já havia anunciado por meio de sua crítica às teorias englobantes, anunciada desde as primeiras aulas do curso, está fora de questão produzir uma “síntese” da experiência totalitária ou tentar decifrar o sentido da modernidade política no surgimento do fascismo e stalinismo. Não há, portanto, “teoria” do totalitarismo em Foucault, pela mesma razão, afinal, que explica a diferença entre uma “teoria” do poder e uma análise do poder: interessa a Foucault a análise dos modos de funcionamento do poder no interior do corpo social. Se voltarmos, mais uma vez, nossa atenção ao racismo, o que estava em jogo em sua genealogia era exatamente examinar seu papel no confronto político. Como vimos, Foucault mostra a transformação do discurso histórico do combate entre as raças em racismo de Estado a serviço da implementação dos dispositivos biopolíticos, sem que seja avançada uma hipótese geral acerca do racismo. Em outras palavras, seu objetivo não era investigar a “história do racismo em sentido geral”<sup>59</sup> nem tomá-lo estritamente no nível da ideologia, mas investigar o racismo como prática política e como instrumento de dominação (o que não significa, em absoluto, negar a existência do racismo como ideologia).

Essa orientação “metodológica” explica também a não centralidade dos campos (de concentração e de extermínio) nas análises de Foucault. Na literatura filosófica sobre o totalitarismo, este é um ponto crucial. Giorgio Agamben, por exemplo, aí enxerga a manifestação da verdade da política moderna, e no estado de exceção (que encontra no campo a ocasião de sua plena manifestação) o “paradigma do governo dominante na política contemporânea”<sup>60</sup>. Em Hannah Arendt, o campo de concentração é um instrumento absolutamente indispensável aos regimes totalitários, pois que é o laboratório onde são aplicados os mecanismos que visam a “desnaturar” o homem, retirar sua espontaneidade por meio da aniquilação de sua personalidade jurídica, moral e psicológica, tendo em vista a dominação total:

*Sem os campos de concentração, sem o medo indefinido que eles inspiram e o treinamento bem definido que eles oferecem à dominação total, a qual em nenhum lugar pode ser melhor testada, um estado totalitário não pode inspirar o fanatismo em seus adeptos nem manter um povo inteiro na completa apatia*<sup>61</sup>.

---

59 Foucault, M. “*Il faut défendre la société*”, p. 75.

60 Agamben, G. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I*, p. 13.

61 Arendt, H. *The origins of Totalitarianism*, p. 456.

Foucault, por sua vez, entende os campos como um dos mecanismos de poder que, como tal, podem encontrar origens distantes dos regimes totalitários e serem “transpostos” de um contexto político para outro, à semelhança da disciplina, cujas práticas remontam à Idade Média, mas que apenas vão penetrar em toda extensão do corpo social no limiar do século XVIII e XIX. Um trecho de uma entrevista de 1978, concedida a Ducio Trombadori, é esclarecedor:

*Os campos de concentração? Dizem que é uma invenção inglesa, mas isso não significa nem autoriza a sustentar que a Inglaterra tenha sido um país totalitário. Se há um país que, na história da Europa, não foi totalitário, é exatamente a Inglaterra, mas ela inventou os campos de concentração que foram um dos principais instrumentos dos regimes totalitários. Eis o exemplo de uma transposição de uma técnica de poder<sup>62</sup>.*

Esta passagem é coerente com aquela que citávamos no início deste texto, retirada da entrevista “O Sujeito e o Poder”, onde Foucault, lembramos, afirmava que, sob o ponto de vista das técnicas de poder, fascismo e stalinismo apenas “utilizaram e estenderam os mecanismos já presentes na maioria das outras sociedades”<sup>63</sup>. Não se trata de afirmar que os campos não foram importantes ou que devem ser negligenciados na análise do totalitarismo. Como concluiu C. Heike Schotten (com quem estamos inteiramente de acordo), trata-se de reconhecer que, na visão de Foucault, “eles não representam a culminação dramática do movimento da história política ocidental dos últimos duzentos anos”<sup>64</sup>. De nosso ponto de vista, Foucault extrai o melhor benefício de sua perspectiva não englobante da história e da colocação em prática de uma analítica do poder: nos é dada a possibilidade de vislumbrar a singularidade do acontecimento histórico. Certamente, isso tem grande relevância no estudo dos regimes totalitários porque somos prevenidos contra a tentação de essencializá-los ou de reduzi-los à manifestação de forças políticas que operavam mais ou menos visivelmente, mas sempre em conjunto, no desenvolvimento da história ocidental. Fica conservado, portanto, o ineditismo dos regimes totalitários, sem que neles tenhamos que procurar os sinais de uma verdade histórica atemporal ou, ao contrário, a verdade cifrada de nossa própria época.

---

62 Foucault, M. Entretien avec Michel Foucault, p. 91.

63 Foucault, M. Le Sujet et le Pouvoir, p. 224.

64 Schotten, C. H. Against Totalitarianism: Agamben, Foucault, and the Politics of Critique, p. 177.

Porém, há ainda outro ganho: a análise de Foucault não suprime, em absoluto, a distinção entre democracia e totalitarismo. A sequência do trecho da entrevista que acabamos de citar retira qualquer dúvida a esse respeito: “... jamais disse, nem penso, que a existência dos campos de concentração, nos países democráticos como nos países totalitários, possa significar que não haja diferenças entre uns e outros”<sup>65</sup>. A ênfase na possibilidade de “transposição” das tecnologias de poder deixa em aberto a definição da “natureza” de determinado regime, tudo dependendo da presença (ou ausência) de uma série de condições para sua configuração. Assim como coloca em xeque a existência de uma “essência” totalitária, a analítica do poder desconfia da existência de uma “essência” democrática. Para além do simples bom senso, o que permite distinguir se estamos em um regime democrático ou em um totalitário dependerá do modo, sempre variável, de efetivação das relações de poder, isto é, os mecanismos implementados, a tecnologia utilizada, a intensidade e a modalidade de sua aplicação sobre o corpo social<sup>66</sup>. Imbuído desse forte sentimento da singularidade histórica, Foucault pode considerar o fascismo (de Hitler e Mussolini) como algo pertencente ao passado. Mas isso não significa que as técnicas que esses regimes empregaram estejam relegadas ao passado. Como vimos, elas antecedem o totalitarismo e se fazem presentes na sociedade atual, o que nos autoriza a acreditar em sua eventual reaparição no contexto de um regime da dominação total. Por outro lado, a analítica do poder nos coloca ao abrigo das inclinações “totalizantes” das teorias que procuram o fascismo em toda forma de dominação.

Certamente, essa forma de abordagem possui seus limites. Da perspectiva daqueles que se empenharam na elaboração de uma interpretação do totalitarismo (e temos em mente sobretudo Hannah Arendt), retirar a ênfase sobre o caráter inédito desse acontecimento político<sup>67</sup> significa perder de vista sua verdadeira dimensão, tanto política quanto filosófica, quer dizer, a profundidade do corte que essas experiências operaram com relação a nossa tradição política, assim como sua radicalidade e tragicidade. Temos, por isso,

---

65 Foucault, M. Entretien avec Michel Foucault, p. 91.

66 Poderíamos nos perguntar se o advento de um regime totalitário, sob a ótica foucaultiana, não teria afinidades com a noção arendtiana de “cristalização” dos elementos totalitários. Em ambos os casos, recusa-se uma concepção forte de causalidade e o determinismo histórico.

67 E relembramos aqui um trecho da entrevista “O Sujeito e o Poder” que citamos acima: “a despeito de sua singularidade histórica, elas [as ‘febres’ do fascismo e do stalinismo] não são inteiramente originais” (Foucault, M. *Le Sujet et le Pouvoir*, p. 224).

a sensação de que a genealogia do racismo de Estado e da biopolítica, ao apelar para noções como “paroxismo” das formas de poder e “transposição” de seus mecanismos, deixa escapar o fato de que a emergência dos sistemas totalitários significou o aparecimento de uma forma política que é, antes de tudo, a negação da própria política, em vista de um projeto cujo escopo é a destruição da liberdade humana. Foucault não avança até este ponto. Malgrado a pertinência dessas observações, creio que, a título de réplica, Foucault poderia recordar uma eloquente passagem de *A vontade de saber* que, ao menos de nosso ponto de vista, revela sua percepção do aspecto mais sombrio da política moderna:

*As guerras não se fazem mais em nome do soberano que é preciso defender: elas se fazem em nome da existência de todos; incitamos populações inteiras a se entrematar reciprocamente em nome da necessidade de viver. Os massacres tornaram-se vitais. É como gestor da vida e da sobrevivência, dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, fazendo matar tantos homens (...) O princípio: poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se princípio de estratégia entre Estados; mas a existência em questão não é mais aquela jurídica, da soberania; é aquela, biológica, de uma população. Se o genocídio é bem o sonho dos poderes modernos, não é por um retorno hoje do velho direito de matar; é porque o poder se situa e se exerce no nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos massivos da população<sup>68</sup>.*

A destruição em massa, promovida pelos sistemas totalitários, é inequivocamente denunciada por Foucault, assim como os paradoxos de um poder que, implementando uma nova forma de racismo, se exerce tendo em vista o incremento da vida e produz uma letalidade desconhecida nos tempos passados. Isso não nos fornece uma chave de compreensão do totalitarismo – nem era esse o objetivo de Foucault, é preciso lembrar. Porém, suas análises, quisemos mostrar, são de grande auxílio para conhecer os mecanismos e as tecnologias de poder sem os quais o sistema totalitário não pode se instaurar.

---

68 Foucault, M. *L'histoire de la sexualité 1. La volonté de savoir*, p. 180.

## Referências

- AGAMBEN, G. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua 1*. Trad. de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- ARENDT, H. *The origins of totalitarianism*. San Diego/Nova York/Londres: Harcourt Brace, 1958.
- AUDIER, S. *Penser le “Néolibéralisme. Le moment néolibéral, Foucault et la crise du socialisme*. Lormont: Le Bord de l’Eau, 2015.
- BERTANI, M.; FONTANA, A. *Situation du cours*. In: FOUCAULT, M. “*Il faut défendre la société*”. *Cours au Collège de France, 1976*. Paris: Gallimard/Seuil, 1997.
- DUARTE, A. Foucault e as Novas Figuras da Biopolítica. O Fascismo Contemporâneo. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (org). *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- ELDEN, S. *Foucault’s last decade*. Malden: Polity, 2016.
- FORTI, S. *Il totalitarismo*. Bari: Laterza, 2001.
- FOUCAULT, M. *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard, 1975.
- FOUCAULT, M. *Histoire de la sexualité 1. La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.
- FOUCAULT, M. Anti-Retro. In: \_\_\_\_\_. *Dits et écrits. 1954-1988*. Vol. 2. Paris: Gallimard: 1994, pp. 646-60.
- FOUCAULT, M. Non au Sexe Roi. In: \_\_\_\_\_. *Dits et écrits. 1954-1988*. Vol. 3. Paris: Gallimard: 1994, pp. 256-69.
- FOUCAULT, M. Préface. In: \_\_\_\_\_. *Dits et écrits. 1954-1988*. Vol. 3. Paris: Gallimard: 1994, pp. 133-6.
- FOUCAULT, M. Pouvoir et Stratégies. In: \_\_\_\_\_. *Dits et écrits. 1954-1988*. Vol. 3. Paris: Gallimard: 1994, pp. 418-28.
- FOUCAULT, M. La Philosophie Analytique de la Politique. In: \_\_\_\_\_. *Dits et écrits. 1954-1988*. Vol. 3. Paris: Gallimard: 1994, pp. 534-51.
- FOUCAULT, M. Entretien avec Michel Foucault. In: \_\_\_\_\_. *Dits et écrits. 1954-1988*. Vol. 4. Paris: Gallimard: 1994, pp. 41-95.
- FOUCAULT, M. Omnes et Singulatim. In: \_\_\_\_\_. *Dits et écrits. 1954-1988*. Vol. 4. Paris: Gallimard: 1994, pp. 134-61.
- FOUCAULT, M. Le Sujet et le Pouvoir. In: \_\_\_\_\_. *Dits et écrits. 1954-1988*. Vol. 4. Paris: Gallimard: 1994, pp. 222-43.
- FOUCAULT, Michel. “*Il faut défendre la société*”. *Cours au Collège de France, 1976*. Paris: Gallimard/Seuil, 1997.
- FOUCAULT, M. *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France, 1977-1978*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004a.
- FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France, 1977-1978*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004b.

- FOUCAULT, M. *O poder psiquiátrico*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, M. *La société punitive*. Paris: Gallimard/Seuil, 2013.
- GENTILE, E. *Qu'est-ce que le fascisme? Histoire et interprétation*. Trad. de Pierre-Emmanuele Dautat. Paris: Gallimard, 2004.
- PAXTON, R. O. *The anatomy of fascism*. Nova York: Vintage Books, 2004.
- SCHOTTEN, C. H. Against Totalitarianism: Agamben, Foucault, and the Politics of Critique. *Foucault Studies*, no 20, pp. 155-79, dezembro de 2015.
- WEIKART, R. *From Darwin to Hitler. Evolutionary ethics, Eugenics and Racism in Germany*. Nova York: Pallgrave MacMillan, 2004.